

Por Antonio Penteadó Mendonça



A Amazônia arde, o Pantanal arde, as serras paulistas ardem, incêndios se espalham por Minas Geras e por aí vamos, com grande parte da América Latina sendo coberta por uma impressionante nuvem de fumaça, fotografada pelos satélites, e que avança consistentemente em direção ao sul do Brasil.

Quanto desse fogo é culpa do Brasil? Nenhum, exceto se tomarmos como razão para isso a omissão e a irresponsabilidade que por séculos nos castigam nos mais variados campos éticos, sociais e patrimoniais. Nossa omissão e egoísmo são apavorantes e podem ser vistos na comparação entre os mais de quatrocentos bilhões de dólares doados anualmente ao terceiro setor pelos norte-americanos e os - quem sabe - cinco bilhões de reais, excepcionalmente doados para o combate da pandemia do coronavírus em 2020.

E, no entanto, os Estados Unidos também ardem. A costa oeste norte-americana é palco de incêndios gigantescos, que destroem e matam e que queimam pelo menos com a mesma intensidade do fogo que consome o Pantanal. Será que são tão omissos e egoístas como nós? Mas se eles doam mais de quatrocentos bilhões de dólares para o terceiro setor, como podem ser omissos, ou melhor, como podem pegar fogo como estão pegando? É uma injustiça. Mas... será que é?

O problema é mais embaixo e mais complexo. O fogo da Amazônia é diferente dos incêndios do Pantanal, que são diferentes dos incêndios das serras paulistas, que são diferentes dos incêndios que grassam em Minas Gerais, que são diferentes dos incêndios da Califórnia, que são diferentes dos incêndios do Oregon, que são diferentes dos incêndios que destroem Portugal e Espanha com enorme regularidade.

Todavia, há dois pontos comuns que deixam o ser humano feio na foto. O primeiro são as mudanças climáticas e o segundo é a ação criminoso de pessoas sem a menor noção de responsabilidade social, que, para ganhar quinhentos metros quadrados a mais de pasto, ou para passar um fim de semana legal na serra, não hesitam em causar incêndios das proporções dos que vão acontecendo ao redor do planeta e que, depois, quando são descobertas, dizem: “Eu não queria fazer isso” ou “Eu não sabia que poderia acontecer”.

Quem comete ato ilegal deliberado assume os resultados e, no caso, os resultados são incêndios criminosos, cada um com suas características, a começar pelas razões por que foram ateados. Em muitos casos não cabe nem mesmo a desculpa de que quem fez foi um capiau sem instrução. Ele pode não ter escola, mas sabe que o fogo pode escapar do controle. Então tem que ser responsabilizado, da mesma forma que o ecoturista que não apaga direito a fogueira ou joga bituca de cigarro no mato seco ou deixa um pedaço de vidro quebrado no capim.

O grande ponto em comum dos incêndios no mundo é que a maioria deles tem origem humana. No

Brasil, o quadro é agravado pela falta de atenção que o assunto merece, falta de fiscalização e a leniência do Poder Público.

Mas há outro tópico que precisa ser mostrado. A maioria das zonas destruídas por esse tipo de incêndio não tem seguro. E a regra vale tanto para o Brasil, como para os demais países, incluídos os Estados Unidos, onde o seguro é tão considerado e contratado por boa parte da população.

Os incêndios em zonas rurais são excluídos das apólices normais de seguro de incêndio. Para que sejam incluídos é necessária a contratação de uma garantia específica, que tem um custo, o qual as pessoas preferem não pagar porque esse tipo de evento não acontece. Até a hora que acontece.

Além disso, grande parte das áreas destruídas é composta por pastagens, matas naturais, parques, etc., que não comovem o cidadão, nem incentivam os governos a segurá-las.

O resultado é que, além da destruição do meio ambiente, cujo começo pode ter interferência humana, mas que, depois de um ponto, acontece porque a natureza assume o controle e faz a parte dela, o fogo destrói também edifícios, maquinários, insumos e equipamentos, em grande parte sem seguro, o que aumenta ainda mais os prejuízos, especialmente das pessoas e empresas atingidas.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 21.09.2020.